



# Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China

*From new projectment economy to Chinese embedded globalization*

*De la nueva economia del proyectamiento e la globalizacion instituída por China*

1. Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI) da mesma universidade.  
Email: eliasjabbour@terra.com.br

Elias Jabbour<sup>1</sup>  
Alexis Dantas<sup>2</sup>  
Javier Vadell<sup>3</sup>

DOI: 10.5752/P.2317-773X.2021v9.n3.p90

2. Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ) e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI) da mesma universidade.  
Email: alexis.dantas@gmail.com

Recebido em: 19 de março de 2021  
Aprovado em: 20 de setembro de 2021

3. Professor Adjunto do curso de Relações Internacionais da PUC-MG.  
email: javier.vadell@gmail.com

## RESUMO

O artigo propõe uma interpretação da ascensão da China a partir de uma síntese entre economia política Internacional e geopolítica e tem como objetivo decifrar dois processos políticos que se entrecruzam. Um de caráter doméstico, outro global. O primeiro é o surgimento da Nova Economia do Projeto na China com seus valores civilizacionais construídos ao longo de 5000 anos de história que se apresenta hoje como um contraponto geopolítico à globalização neoliberal liderada pela grande finança e pelos Estados Unidos. O segundo processo é a globalização instituída pela China (GIC) que se apresenta como um constructo histórico institucional e multidimensional que se fortalece com a Iniciativa do Cinturão e a Rota. A nossa hipótese é que ambos processos se conjugam, não sem contradições, desafiando os fundamentos institucionais liberais de Ocidente e delineando uma renovada geopolítica híbrida, baseada num sistema multipolar com traços intercivilizatórios. A partir desta experiência histórica comum poder-se-á construir um multilateralismo inclusivo.

**Palavras-chave:** China. Nova Economia do Projeto. Globalização instituída pela China. Desenvolvimento. Geopolítica.

## ABSTRACT

The article proposes an interpretation of the rise of China from a synthesis between international political economy and geopolitics and aims to decipher two intertwined political processes. One domestic, the other global. The first is the emergence of the New Projecting Economy in China with its civilizational values built over 5000 years of history that present itself today as a geopolitical counterpoint to neoliberal globalization led by big finance and the United States. The second process is the embedded Chinese globalization (ECG), which presents itself as an institutional and multidimensional historical construct that

is strengthened with the Belt and Road Initiative (BRI). Our hypothesis is that both processes come together, not without contradictions, challenging the liberal institutional foundations of the West, outlining a renewed hybrid geopolitics, based on a multipolar system with inter-civilizing characteristics. From this common historical experience, an inclusive multilateralism could be built.

**Key words:** China. New Projectment Economy. Chinese embedded globalization. Development. Geopolitics.

## RESUMEN

El artículo propone una interpretación del ascenso de China a partir de una síntesis entre economía política internacional y geopolítica y pretende descifrar dos procesos políticos entrelazados. Uno doméstico, el otro global. El primero es el surgimiento de la nueva economía del proyectamiento en China con sus valores de civilización construidos a lo largo de 5000 años de historia que se presenta hoy como un contrapunto geopolítico a la globalización neoliberal liderada por las grandes finanzas y los Estados Unidos. El segundo proceso es la globalización instituída por China (GIC) que se presenta como un constructo histórico institucional y multidimensional que se fortalece con la Iniciativa Cinturon y Ruta. Nuestra hipótesis es que ambos procesos confluyen, no sin contradicciones, desafiando los cimientos institucionales liberales de Occidente y perfilando una geopolítica híbrida renovada, basada en un sistema multipolar con rasgos intercivilizantes. A partir de esta experiencia histórica común, se puede construir un multilateralismo inclusivo.

**Palabras clave:** China. Nueva economía del proyectamiento. Globalización instituída por China. Desarrollo. Geopolítica.

## Introdução

Os condicionantes geopolíticos sobre os acontecimentos de diversas ordens não é uma questão menor, pois – no limite do óbvio – envolve o papel do Estado nacional, no curso dos acontecimentos no sistema internacional. Por outro lado, o lugar do Estado nas mais diversas teorias do desenvolvimento ainda é algo que demanda síntese. Por exemplo, os grandes autores – desde Adam Smith – que estiveram ocupados em desenvolver teorias descritivas do processo de desenvolvimento econômico não colocam o Estado no núcleo de suas teorias. Por exemplo, em Schumpeter (1934 [2012]; 1939; 1942), o Estado está presente em toda sua obra, assim como em Keynes (1936). Porém, em ambos a separação entre teoria e história é digna de destaque. Esta relação é mais explícita em autores influenciados pela filosofia clássica alemã (Hegel), cabendo destaque a Hirschman (1958) e sua noção de desenvolvimento desequilibrado e Rangel (1959 [2005]; 1981 [2005]) com os desdobramentos à teoria econômica do conceito de dualidade básica da economia brasileira.

Apesar de ser uma pauta com desenvolvimento ainda inconcluso<sup>4</sup>, propomos uma síntese entre a Economia Política Internacional e a Geopolítica partindo de dois níveis de abstração, a saber:

1. reconhecendo o Estado nacional como o núcleo da teoria econômica e essencial para a discussão do desenvolvimento econômico
2. percebendo que as ações dos Estados são movidas e condicionadas *geopoliticamente*.

4. Do ponto de vista empírico, Mazzucato (2013) evidencia esta necessidade.

Neste sentido, nenhuma unidade de análise é tão rica quanto a chinesa para aqueles ocupados sobre as questões que envolvem o Estado nacional moderno e o processo de desenvolvimento como sujeito e objeto de uma construção geopolítica. Por exemplo, podemos perceber as reformas econômicas da República Popular da China (RPC) de 1978 como uma síntese da percepção das possibilidades abertas pela nova ordem geopolítica inaugurada pelas transformações da economia política global, que implicou na decadência do fordismo, e de seus “clones” no antigo mundo socialista, e a ofensiva estadunidense contra as políticas macroeconômicas japonesas (GALBRAITH, 1987, p. 247). Ambos os processos abriram condições para uma “globalização” guiada pela grande finança e uma recomposição geográfica da grande manufatura (BELLUZZO, 2012; JABBOUR E DANTAS, 2017). Em resumo, os governantes chineses perceberam a oportunidade que se abria frente a eles e a utilizaram em benefício de sua própria estratégia nacional.

É de conhecimento público a trajetória chinesa desde então. Entre 1978 e 2019 sua taxa real média de crescimento do PIB foi de 9,1%. A renda per capita acompanhou similar taxa de crescimento (9,0), saindo de US\$ 280, em 1980 para US\$ 8827, em 2018. Entre 1982 e 2011 a taxa de investimentos x PIB foi de 36,9% e desde 2004 esta taxa opera acima da casa dos 40% (World Bank Data). Desde 2013 é o país com maior volume de comércio exterior no mundo, gerando efeitos generalizados sobre a oferta e demanda de todos os países do mundo. O país já o maior credor líquido do mundo. Em outras palavras, a trajetória chinesa desde 1978 seguiu um roteiro interessante e se caracterizou pela transformação do país em uma potência comercial, industrial e financeira. O tamanho de sua economia, território e população é proporcional aos impactos políticos e geopolíticos de seu processo de desenvolvimento econômico. Eis um ponto fundamental.

A construção de imensa base produtiva acompanhada pela incorporação à economia real de plataformas e/ou instrumentos, como o 5G, Inteligência Artificial e do Big Data, não somente elevou a patamares novos e superiores a capacidade de planificação e intervenção do Estado sobre o território. Um patamar superior de desenvolvimento, interno ao núcleo produtivo da economia (96 grandes conglomerados empresariais estatais) surge e tem sido nomeado por nós de Nova Economia do Projeto (JABBOUR; DANTAS E ESPÍNDOLA, 2020)

O alcance externo do surgimento deste novo paradigma em matéria de gestão e coordenação da produção e de planificação da economia reflete-se e se projeta ao mundo via a “Iniciativa do Cinturão e Rota”, acelerando o processo de reestruturação hegemônica global e, conseqüentemente, uma nova globalização e reconfiguração da divisão internacional do trabalho agora centrada na China (HENDLER, 2019). A dinâmica que levou ao surgimento desta Nova Economia do Projeto está intrinsecamente ligada ao surgimento e consolidação econômica e geopolítica da China que tem suas raízes num novo tipo de formação econômico-social em fase embrionária: o socialismo de mercado.

Desta maneira, o objetivo deste artigo é fazer uma discussão que relacione tanto o surgimento da Nova Economia do Projeto e seus

impactos externos sobre os valores civilizacionais construídos ao longo de 5000 anos de história da China, levando ao surgimento de um contraponto geopolítico à globalização neoliberal liderada pela grande finança da hegemonia estadunidense. Adotaremos aqui o conceito desenvolvido por Vadell, Secches e Burger (2019) de “Globalização Instituída pela China”<sup>5</sup> (GIC), que se apresenta como um constructo histórico institucional e multidimensional que se fortalece com a iniciativa do Cinturão e a Rota, como esqueleto infraestrutural do GIC. A nossa hipótese é que ambos processos se conjugam, não sem contradições, desafiando os fundamentos institucionais liberais de Ocidente numa renovada geopolítica num sistema multipolar com traços intercivilizatórios que obrigam a refletir a respeito da construção de um genuíno e inclusivo multilateralismo. Essa geopolítica intercivilizatória, no plano ideacional, se fundamenta no pensamento de comunidade de destino compartilhada para a humanidade (CDCH) que desafia o sistema westfaliano.

5. Em inglês: “Embedded Chinese Globalization” (ECG)

O artigo, além desta introdução está dividido em outras duas seções onde discutiremos a construção intelectual que nos levou ao conceito de Nova Economia de Projeto e o contraponto chinês à globalização neoliberal, o GIC. Nas conclusões serão levantadas algumas sínteses.

#### Uma dupla disruptura intelectual.....

Há cerca de três anos temos observado uma série de transformações qualitativas no seio da economia chinesa. De forma mais detida, em um primeiro momento observamos que a capacidade do Estado chinês em programar um imenso pacote fiscal de cerca de US\$ 600 bilhões ao enfrentamento da crise financeira de 2008 deveria ser objeto de um estudo mais aprofundado do que o convencional. Ou seja, o objeto não seria o pacote fiscal em si, mas os mecanismos de elaboração e execução que foram postos em marcha frente à crise econômica.

Em um primeiro momento percebemos que o fortalecimento dos Grandes Conglomerados Empresariais Estatais (GCEE) – assim como a conformação de um capilarizado sistema financeiro estatal e de instituições capazes de coordenar a ação do Estado na economia de forma efetiva, como a SASAC (State-Owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council) – não era um fim em si mesmo.

Esse fenômeno carrega historicidade e outorga sentido conceitual ao que se conhece como “socialismo de mercado”, algo muito distante de um propalado “capitalismo de Estado”. Em outros termos, na China está emergindo uma nova formação econômico-social (JABBOUR E DANTAS, 2018) que denominamos de “socialismo de mercado”. Consideramos a formação econômico-social como uma categoria central do materialismo histórico, como a “totalidade e unidade de todas as esferas – estruturais, superestruturais ou outras – da vida social, na (des)continuidade de seu desenvolvimento” (SERENI, 2013, p. 319). Nesse sentido, uma formação econômico-social é uma “estrutura concreta, organizada, caracterizada por um modo de produção dominante e pela articulação em torno dele de um complexo conjunto de modos de produção subordinados” (AMIN, 1974, p. 64). Gabriele (2020) chega a conclusões semelhantes

colocando o socialismo de mercado chinês como a primeira experiência de uma nova classe de formações econômico sociais contemporâneas. O Vietnã seria a segunda experiência.

Essa nova formação econômico-social é fruto de uma série de mudanças institucionais que foram se demarcando ao longo das últimas quatro décadas na conformação de um modo de produção socialista dominante, embora embrionário, àquela formação. Seu núcleo são os 96 GCEE, as dezenas de bancos estatais de desenvolvimento e o próprio poder político exercido pelo Partido Comunista da China (PCCh) que confere os contornos estratégicos a um poder de novo tipo que surge no mundo com a Revolução de 1949.

No interior desta nova formação econômico-social, há um modo de produção capitalista cuja musculatura é formada ao longo da década de 1990, mediada por um intenso processo de privatizações e estímulo estatal às relações de mercado e ao desenvolvimento das forças produtivas.. As reformas rurais de 1978, além de fazerem surgir uma classe de empresas não-capitalistas orientadas ao mercado, também foi um fator de proa ao surgimento de milhares de empresários, outrora camponeses médios.

Mas a contradição entre a análise e a realidade se impõe. Pesquisas recentes fizeram apontamentos interessantes e acertados sobre a participação e controle estatal sobre a riqueza e os fluxos de renda na China. Piketty et al (2017) e Naughton (2017) têm conclusões semelhantes demonstrando que o Estado chinês controla atualmente cerca de 30% da riqueza produzida no país, enquanto que em 1978 esse controle alcançava 70%. Porém, devemos destacar o aspecto qualitativo crucial que não se menciona nessas pesquisas de foco mais quantitativo. Atualmente o Estado chinês conta com uma capacidade muito maior de intervenção sobre a realidade do que o tinha no final da década de 1970. Como destaca He (2021), o papel do PCCh é mais proeminente hoje do que na década de 1990, embora observemos que hoje as empresas privadas representam mais de 60% do PIB da China e empregam mais de 80% da população ativa urbana. Como se entende esse paradoxo? Uma pesquisa recente mostra que as células do partido estão presentes e são cruciais nas empresas de propriedade não públicas. De acordo com He (2021), baseado numa pesquisa de acompanhamento nacional, a campanha de reconstrução do PCCh obteve alguns resultados positivos. A proporção de empresas privadas com células partidárias passou de 27% em 2002 para 48% em 2018. Isto é, quase a metade das empresas não públicas possuem células do PCCh. Essa característica e evolução da relação partido-empresas permitiu que organizações partidárias de base forneçam um canal para que as firmas alcancem os formuladores de políticas, os planejadores, dando aos proprietários acesso a melhores informações sobre as políticas de desenvolvimento recentes e ajudando-os a evitar tomar decisões equivocadas no ambiente de negócios.

Concluímos, desta maneira, que a elevação da capacidade do Estado em intervir na realidade qualitativamente novedosa impõe uma necessária revisão conceitual e teórica para compreender o fenômeno novo. Faz-se necessária uma verdadeira ruptura intelectual.

A nossa primeira ruptura inicia-se com a percepção de a China ter-se tornado o berço de uma nova formação econômico-social. Para o

nosso propósito, a retomada do conceito de formação econômico-social tem sido fundamental. Neste sentido a contribuição de Sereni (1971 [2013]) deve ser assinalada por trazer à tona uma totalidade histórica muito cara a marxistas como Lênin, Mao Zedong, Milton Santos, Althusser e Ignacio Rangel. Concordamos com Silva (2009, p. 1), para quem a categoria de formação econômico-social teve em Emilio Sereni “a sua mais acabada e rica compreensão”, citando a seguinte passagem: (...) a noção (...) se coloca inequivocamente no plano da história, que é (...) o da totalidade e unidade de todas as esferas (estruturais, supra estruturais e outras) da vida social na continuidade e ao mesmo tempo na descontinuidade do seu desenvolvimento histórico (SERENI, 2013 p. 316).

A retomada do conceito de formação econômico-social é apenas a ponta do iceberg que nos permitiu observar a totalidade e suas partes, percebendo a unidade de contrários que marca o surgimento e o desenvolvimento histórico de uma formação econômico-social, assim como as tendências em desenvolvimento em seu modo de produção dominante, que também é o mais avançado. Desta maneira, abre-se a possibilidade de outra ruptura intelectual com a percepção de novas regularidades internas ao núcleo produtivo e de planejamento da China, as GCEE.

Essas novas regularidades às quais nos referimos estão diretamente relacionadas às políticas industriais mais proativas em matéria de inovação tecnológica que tem tomado lugar na RPC desde o lançamento do 10º Plano Quinquenal<sup>6</sup>. Ao lado disso, a formação da SASAC em 2003 foi fundamental na consolidação do processo de corporatização das antigas empresas estatais e sua transformação em GCEE altamente eficientes e inovadoras<sup>7</sup>. Elas estão diretamente relacionadas com pelo menos três fatores: 1) o surgimento de novas e superiores formas de planificação econômica: que é causa e consequência do progresso técnico percebido nas GCEE e da incorporação à economia real de todas as possibilidades abertas, à elevação da capacidade de planificação, pela plataforma 5G, a Inteligência Artificial e o Big Data; 2) a China completou a construção de um poderoso setor produtivo, amplamente baseado na geração de valor, criando condições de gerar o que Marx chamou de setor improdutivo da economia<sup>8</sup> e; 3) pressões sociais e a emergência de uma combativa classe trabalhadora urbana levou o governo chinês a ser mais responsivo em relação às demandas populares e as imensas contradições sociais e ambientais acumuladas ao longo das reformas econômicas<sup>9</sup>. Nesse rumo a China parece estar transitando de uma economia voltada à construção de valores de troca a outra baseada nos chamados valores de uso sob forma de imensos bens públicos.

O aparecimento de um imenso setor produtivo na economia chinesa ladeado por uma série de instrumentos políticos, financeiros e institucionais têm possibilitado mais um salto qualitativo dessa dinâmica sociedade. Por um lado a predominância do planejamento estatal sobre os gânglios vitais da grande produção e da grande finança ao lado de uma soberania monetária particular permite ao Estado gerir um processo que entrelaça tanto uma maior restrição à ação da lei do valor quanto a transição de uma planificação orientada à geração de valor e ao mercado para o que chamamos de planejamento baseado no projeto (GABRIELE E JABBOUR, no prelo).

6. Sobre isso ler Lo e Wu (2014).

7. A última lista Forbes das 500 maiores companhias do mundo aponta para uma, ainda lenta, transição de poder sistêmico no mundo: pela primeira vez na história desde seu lançamento em 1990 a referida lista não tem mais os Estados Unidos como o país com o maior número de empresas na lista; foi ultrapassado pela China que conta com 129 companhias na lista (sendo delas seis de Taiwan) contra 121 dos Estados Unidos

8. Marx, como Smith, separava todas as atividades econômicas entre produtivas e improdutivas. As atividades produtivas estão relacionadas aos setores de bens e equipamentos geradores de valor, enquanto as atividades improdutivas estão relacionadas à manutenção da ordem social. A nosso ver o desenvolvimento recente do capitalismo deve nos obrigar a rever estes dois conceitos. Por outro lado, a fim de compreender o socialismo em nosso tempo, estendemos ao setor improdutivo aquele apontado por Marx em “A Crítica ao Programa de Gotha” (1891) como parte dos chamados “fundos de consumo”, para onde deveriam ser dirigidos crescentes excedentes do setor produtivo da economia. Tais fundos de consumo teriam expressão no desenvolvimento dos setores como de educação, saúde, cultura, esporte, recreação etc.

9. Yu (2015) discorre sobre a formação e desenvolvimento de um amplo sistema de saúde pública na China. O Global Wage Report 2018 da Organização Internacional do Trabalho atesta a duplicação dos salários médios na China entre 2008 e 2017.

É esta transformação operada ao longo dos últimos vinte anos que explica, em grande medida, a crescente capacidade de intervenção do Estado chinês sobre o território e a economia do país, independente da queda da participação do Estado no que tange ao controle dos fluxos de renda no país.

Face a experiência *sui generis* da China, acumulamos evidências suficientes que apontam a uma segunda disruptura intelectual, que se faz necessária diante da mudança orgânica do sistema econômico chinês em direção a algo complementar superior em matéria de organização da produção. A nossa premissa é que as teorias convencionais ortodoxas e heterodoxas não são mais suficientes para explicar a natureza do fenômeno em marcha na China.

Algumas das categorias fundamentais de análise lançadas pelo economista brasileiro Ignacio Rangel em seu esquecido livro “Elementos de Economia do Projeto” (1959) lançaram as luzes fundamentais para a elaboração de um novo corpo conceitual e categorial capaz de dar conta da nova realidade econômica e social da China contemporânea. Com essa inspiração, surge assim o que temos chamado desde então de “Nova Economia do Projeto”, conceito que pode ser resumido, em princípio, como um estágio superior de desenvolvimento alcançado pela China, resultado do acúmulo de todo um novo acervo em matéria de planificação econômica e organização e racionalização da produção em grande escala.

Sob o prisma de uma base material que avançou de forma rápida nas últimas décadas, de uma sociedade que demanda agilidade de ação estatal, construção de grandes bens públicos e enfrentamento a uma série de desafios colocados pela própria conjuntura política, uma leitura atenta de “Elementos de Economia do Projeto” é necessária para, nas palavras de Castro (2014, p. 206), perceber que:

(...) o projeto é uma prática que se desenvolve em paralelo com uma teoria que evolui no tempo e se alimenta com os problemas e soluções enfrentadas por aproximações sucessivas e sistematizando (...) experiências dos analistas que, naturalmente, são de diferentes escolas teóricas e de diferentes profissões.

No caso específico da China, o projeto se expressa não somente na elevada capacidade de ação estatal diante de emergências como o da pandemia de Covid-19, mas principalmente a partir da percepção de algumas especificidades voltadas ao bem-estar geral da sociedade. Neste sentido, na China – como em qualquer lugar – as categorias fundamentais do projeto sintetizadas no custo e benefício podem ser percebidas como extensão da visão prometeica rangeliana. A proposta por Rangel recoloca os termos da relação custo-benefício da seguinte forma:

(...) os conceitos de custo e benefício devem ser reformulados, no sentido de que comportem não apenas o custo e o benefício diretos, mas também os indiretos. Nosso critério deve ser o custo benefício para a sociedade, não para a empresa (RANGEL, 1956 [2005], p. 257).

Uma economia e uma sociedade capazes de restringir a ação da lei do valor e se voltar a consecução de grandes projetos levou a China e se caracterizar por ser uma economia voltada, como já dito, à construção de grandes bens públicos, o que nos remete a Marx e à formação do setor improdutivo da economia. Por outro lado, o avanço chinês no rumo de

uma economia controlada pela razão humana condiz com a construção de algumas categorias de análise e que tem servido de sustentação ao conceito renovado de projetamento como forma histórica mais avançada do socialismo com características chinesas. A construção destas categorias tem seguido rigor histórico e complexa base de dados.

Do ponto de vista da “Economia Política da Nova Economia do Projetamento” podemos apontar para quatro categorias de análise: 1) a possibilidade aberta de superação da incerteza keynesiana, fruto do domínio público sobre os elementos fundamentais do processo de produção e financiamento da economia do país; 2) a plena soberania monetária como fundamento material essencial à explicação de uma economia que não somente tem tido êxito à restrição da ação da lei do valor, mas que não sofre de nenhum grau de restrição financeira, dada a utilização consciente da criação de moeda para fins de execução de grandes projetos;

Um ponto a ser destacado, e que tem relação direta com o papel do processo produtivo sob controle da razão humana, está na terceira categoria de análise sintetizada na: 3) ação consciente de milhares de projetistas ligados tanto às necessidades de catching-up quanto à subordinação da execução de projetos visando a superação do desemprego. Tal subordinação foi a circunstância que levou a China a lograr o êxito de planificar a destruição criativa de forma que uma queda no crescimento econômico recente não impactasse na geração anual de cerca de 13 milhões de empregos urbanos.

Em quarto lugar: 4) o papel de vanguarda do PCCh condicionado por melhoras substanciais nos padrões de vida do povo, a elevação do poderio nacional e a instituição de mega-projetos voltados ao bem estar da sociedade. A contraparte subjetiva pode ser sintetizada na categoria que chamamos de pacto tácito de adesão. O caso da prontidão nacional, que se observou no combate à então epidemia de COVID-19 em Wuhan – que depois viria a ser declarada pandemia – quando o PCCh levou 450 mil voluntários e o Estado priorizou vidas em detrimento do lucro empresarial, foi a cabal demonstração de que novos marcos de sociabilidade operam sobre o concreto. O pacto tácito de adesão fez-se sentir, suplantando as sociabilidades de formações econômico-sociais capitalistas, pela via do ressurgimento de vozes de Estado-sociedade proclamando uma “Guerra Popular” contra o vírus<sup>10</sup>.

#### Dois processos que se entrecruzam

Uma questão, quase em nível de senso comum, é relacionada ao que seria uma “geopolítica da China”. Ou seja, qual seria a estratégia nacional chinesa diante de seus objetivos internos de curto, médio e longo prazos? Propomos uma resposta inicial que abarque dois níveis distintos de análise. A primeira relacionada a uma visão geopolítica centrada na sobrevivência, manutenção, defesa e desenvolvimento de seu Estado nacional e civilização milenares, um “Estado civilizacional” (ZHANG, 2012). Esta visão deve entender-se a partir de uma clara fusão entre teoria e história no processo de construir marcos teóricos, conceituais e categoriais que sirvam de base à compreensão do que podemos chamar, também, de geopolítica da Nova Economia do Projetamento.

10. Lo e Shi (2020) fazem interessante análise comparativa entre China e Estados Unidos no combate à pandemia baseada nos conceitos de saída, voz e lealdade desenvolvidos em famoso livro de Hirschman (1970). Segundo os autores, o caso chinês seria um “tough model” e os EUA, um “loose model”.

No segundo nível de análise, dialeticamente relacionada com a primeira, está a própria globalização que o processo expansivo da China impulsiona, tendo por base os avanços econômicos atrelados às novas e superiores formas de planificação econômica que surgem no país. Em outros termos, a sua projeção de poder. É nesse momento que adotamos a abordagem desenvolvida por Vadell, Secches e Burger (2019), que contrapõe a presente globalização (neoliberal) com a “Globalização Institucionalizada pela China” (GIC), tendo como marco infraestrutural a Iniciativa Cinturão e a Rota (Belt and Road Initiative). Em termos mais diretos, significa que:

La crisis económica de 2008 y el rol protagonista de China promovieron el proceso dialéctico del “doble movimiento”, (...) donde el neoliberalismo económico y su modelo de globalización dio lugar a este proceso de contra-movimiento encabezado por China. En este sentido, nuestra hipótesis es que en esta etapa está ocurriendo un proceso de globalización institucionalizada con características chinas a escala global, que no abandona los principios liberales, como fue destacado por Xi Jinping, especialmente después de la radicalización del discurso proteccionista del presidente de los EEUU, Donald Trump (VADELL, SECCHES E BURGER, 2019, p. 51)

Não consideramos prudente relacionar a GIC como um construto que tem operado na prática como uma alternativa à globalização proposta pelo Atlântico Norte sem nos remetermos a alguns contornos históricos fundamentais e que servem de poderosa base analítica aos interessados na chamada “Geopolítica da China”. Uma teoria das relações internacionais chinesas, necessariamente, deve ter como ponto de partida características histórico-civilizacionais que não só demarcam até os dias de hoje o horizonte espiritual do povo chinês, mas que também estão presentes no modus operandi da estratégia internacional chinesa. Essa GIC, embora embrionária, está condicionando os contornos de uma nova geopolítica específica que, ancorada no BRI, An, Sharp e Shaw (2020) categorizam como uma “geopolítica confucionista híbrida”. Essa proposta teórica reconhece o forte papel do confucionismo na continuidade da cultura chinesa antiga até o presente e também enfatiza a adaptabilidade estratégica do confucionismo para permitir que a cultura política chinesa dominante responda de novas maneiras aos contextos em mudança (AN; SHARP, SHAW, 2020, p. 13). Em outros termos, uma geopolítica de caráter intercivilizatória embrionária que está se configurando a partir del GIC.

Por outro lado, determinados apontamentos históricos devem ser postos no debate. Diante de uma nova vaga histórica caracterizada pela comparação entre Estados e instituições, muitos analistas foram levados a ressuscitar, de forma vulgar, expressões como o “despotismo asiático”. Abrindo parêntese, na verdade, a história das relações entre ocidente e oriente são muito marcadas de idas e vindas. Se de um lado Heródoto, pai da história e da geografia, referiu-se ao Egito como a “dádiva do Nilo”, Aristóteles foi o primeiro a se referir à China como “despotismo oriental”. O pós-iluminismo marcou o rompimento de uma necessária era de convergência civilizacional entre a China e a Europa, levada a cabo por jesuítas (SPENCE, 1985; XIANG, 2020). Desde então, a democracia liberal transformou-se em uma religião reveladora de um complexo de superioridade ocidental que perdura até os nossos dias, mesmo entre círculos de pensadores progressistas.

A China é uma civilização milenar, nascida após o processo de sedentarização de tribos nômades nos grandes vales dos rios Yangtsé e Amarelo. Com cerca de 5000 anos de existência, esta civilização passou a orbitar em torno de milhares de famílias camponesas cuja produção em larga escala de arroz e demais cereais foi-se tornando a principal ocupação laboral. As possibilidades abertas pela abundância de água e solo fértil levou a um rápido desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, criando condições ao precoce surgimento de uma larga economia de mercado<sup>11</sup>. Neste aspecto:

Antes de 2000 a. C. surgiram, em vários pontos distintos, elites governamentais com o papel principal de construir pequenas obras regionais de engenharia de irrigação, ao mesmo tempo em que nasceram cidades amuralhadas, trocas comerciais e especializações artesanais (...). As aldeias camponesas eram fontes de mão-de-obra compulsória para os trabalhos de engenharia mais amplos (...). Pouco a pouco foi nascendo e se consolidando o modo de produção asiático (MAMIGONIAN, 2008, p. 149).

O modo de produção tributário centralizado, como destaca Amin (1976) – conceptualizando de maneira precisa o modo de produção asiático – consolidou-se sob as bases de uma organização de caráter administrativo que estabelecia relações de vassalagem direta com as famílias camponesas. Essa unidade administrativa tinha como base as já citadas milhares de famílias camponesas cuja subjetividade espelhavam fortes estruturas igualitárias dando margem a um precoce espírito tanto democrático quanto insurgente diante de estruturas administrativas corrompidas, conforme as inúmeras revoltas camponesas comprovam<sup>12</sup>. No limite, a administração pública e as famílias camponesas formavam dois polos que entravam contradição, ciclicamente. Por outro lado e como amalgama ideológica, o confucionismo foi crucial na consolidação da civilização chinesa e os nervos do governo da administração burocrática secular que impressionou intelectuais ocidentais como Leibniz y Weber. A diferença de ocidente, na arte de governo no decorrer das dinastias chinesas, o sagrado não primou sobre o secular, mas o secular tornou-se sagrado<sup>13</sup>.

“A disciplina envolvida no autocultivo assume um elemento contemplativo no Neo-Confucionismo que está amplamente ausente na tradição clássica, mas a ênfase no autocultivo e na disciplina pessoal é constante. O secular pode se tornar sagrado” (LEIBNIZ, 1994, p. 32)<sup>14</sup>

Guardadas as devidas proporções históricas, a China já surge como uma forma primitiva de Estado desenvolvimentista secular (JABBOUR, 2012)<sup>15</sup>. Essa característica é resultado de um Estado nacional que nasce tendo diante de si a tarefa de organizar, elaborar e executar milhares de intervenções sobre o território diante da necessidade de contenção de enchentes e de construção de cidades comerciais e administrativas. Não somente isso, observando a história da civilização e seu “Estado criatura” percebendo a existência de ciclos expansivos e depressivos. Por exemplo, em sua primeira fase descendente (770 a 71 a.C.) a metalurgia de bronze espalhou-se sobre o território, sendo fator fundamental à elevação da produtividade do trabalho no campo. Com isso, abriu-se uma nova fase ascendente com a formação do Estado nacional, momento que

11. Importante salientar que os camponeses chineses nunca viveram sob o regime de servidão, ao contrário do campesinato russo (MAMIGONIAN, 2008, p. 149)

12. Sobre o modo de produção asiático, ler: Marx (1975) e Marx e Engels (1969).

13. A dinastia Han (206 a.C.- 220 d. C.) montou um sofisticado aparelho de Estado, incluindo a introdução de concursos públicos à seleção de burocratas do Estado.

14. No original: “The discipline involved in self-cultivation takes on a contemplative element in Neo-Confucianism that is largely absent in the classical tradition, but the emphasis on self-cultivation and personal discipline is constant. The secular can become sacred”.

15. Segundo Mamigonian (2008, p. 150): (...) As monarquias se consolidaram, suas capitais administrativas fortificadas chegavam a alcançar 35 km quadrados, seus maiores palácios 10 mil metros quadrados, as forças militares se tornaram permanentes, surgiu um sistema de leis e a escrita se consolidou.

marcou – por exemplo – a imediata retomada da construção da Grande Muralha com mais de 4.400 quilômetros de extensão e contruída em apenas dez anos.

É útil assinalar algo sobre as perspectivas subjetivas do povo chinês e suas origens. A noção desenvolvida por Marx, ainda no livro 1 de “O Capital”, de trabalho necessário e trabalho excedente nos permite pensar nas relações homem x natureza e a formação de subjetividades derivadas desta relação. Se um ambiente natural marcado pela existência de vales férteis tornam o trabalho necessário menor em relação a pontos do globo onde a hostilidade da natureza leva a um árduo trabalho humano para seu domínio, não seria nenhum exagero afirmar que uma civilização chinesa possa produzir filosofias de cunho civilizatórias e tolerantes como o confucionismo e o taoísmo. O oposto pode ser observado nos Estados Unidos da América (EUA), onde o horizonte espiritual é fortemente influenciado por ideologias de cunho religiosa nascidas nos ambientes desérticos no Mediterrâneo oriental. Noções como o “destino manifesto” ou “Nova Canaã” são muito presentes nas políticas externas norte-americanas desde seu nascimento como nação. Por outro lado, não é de estranhar que uma linha reta entre as lições de tolerância típicas de Lao Tsé e Confúcio estejam amplamente presentes nos processos de inserção internacional chinesa.

Nos dias de hoje, a China se apresenta historicamente como ponto focal do sistema global multipolar do século XXI, reforçando uma particular GIC. Institucionalmente, ela deve ser entendida a partir de círculos concêntricos que se reforçam simultaneamente: 1) o primeiro é a promoção da assistência e cooperação às instituições multilaterais existentes (sistema das Nações Unidas, FMI, Banco Mundial, etc.) com demandas por um papel mais proeminente para os países em desenvolvimento e emergentes com forte defesa ao multilateralismo; 2) o segundo círculo concêntrico se fundamenta na promoção das relações minilaterais (Wang, 2014) em dois sentidos: realizando acordos entre a RPC com regiões específicas, via “política de fóruns” com países em desenvolvimento e, em segundo lugar, acordos de comércio e investimento que a China assinou com diferentes regiões do mundo (ex. da Parceria Regional Econômica Abrangente – RCEP – e do Acordo integral de investimentos com a UE); 3) o núcleo deste círculo concêntrico são as relações bilaterais clássicas com acordos mais ou menos abrangentes.

Esse constructo histórico-institucional multidimensional se consolida com a inauguração da Iniciativa do Cinturão e a Rota ou Belt and Road Initiative (BRI), em inglês, em 2013, por parte do presidente Xi Jinping (VADELL, SECCHES E BURGER, 2019), como uma espinha dorsal da rede de infraestrutura e tecnologia que interliga os três círculos, dando sentido material ao GIC y conformando uma renovada geopolítica intercivilizatória.

O poder econômico e a expansão das relações internacionais da China a obrigam necessariamente a reforçar o seu poder brando (soft power) que se apresenta, não só com o estímulo ao conhecimento da cultura chinesa e das relações entre os povos, mas, sobretudo, a partir da ideia de Comunidade do Destino Compartilhada pela Humanidade (CDCPH)

que, em grande medida, questiona os paradigmas do capitalismo e do universalismo ocidental.

Como destacam Vadell e Staiano (2020), a ideia geral de CDCPH<sup>16</sup> aparece em setembro de 2011 no Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico e posteriormente no discurso de Wen Jiabao durante a XIV Cúpula China-ASEAN. Essa expressão é retomada por Hu Jintao no discurso de abertura do XVIII Congresso Nacional do Partido Comunista em 2012 (Hu, 2012), onde se aperfeiçoa o termo como: “comunidade humana com um futuro compartilhado”. Não obstante, foi Xi Jinping, no seu famoso discurso de 2015 à raíz do 70º aniversário das Nações Unidas, que expressou a ideia da construção de “uma comunidade de destino compartilhada para a humanidade” (Xi, 2015), que inclui cinco conteúdos: associação política, segurança, desenvolvimento econômico, trocas culturais e meio ambiente. Essa perspectiva foi retomada no discurso nas Nações Unidas, em janeiro de 2017 (Xi, 2017b) e confirmada em outubro do mesmo ano no relatório do XIX Congresso Nacional do Partido Comunista: a necessidade essencial de “construir uma comunidade de futuro compartilhada” (Xi, 2017a). Na reforma de 2018, a noção: “comunidade de destino compartilhada para a humanidade”, 人类命运共同体 (Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ) foi incorporada à Constituição da China como parte do pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma nova era. Desta maneira, torna-se um objetivo chave das relações internacionais de China rumo à criação de uma nova ordem internacional que inclui a “relacionalidade, a autoridade humana e a simbiosis” (STAIANO, 2018).

É sugestiva, neste sentido, a própria concepção de “Comunidade de Destino Compartilhado para a Humanidade” como a ideia-força proposta desde o governo Hu Jintao e reforçada por Xi Jinping. A CDCPH surge como amalgama ideológica da GIC e se apresenta como a resposta chinesa aos desafios comuns de um planeta instável, crescentemente perigoso e vivendo sob uma forte crise ambiental. A CDCPH representa “uma nova solução de governança global proposta pela China”, que prevê a criação de “uma comunidade global five-in-one”, incluindo “política, segurança, economia, cultura e ecologia” (XUE, 2017: 337). A “comunidade” se refere ao conjunto dos Estados, pequenos e grandes, que coexistem pacificamente entre eles através de valores comuns inspirados pelos países líderes, responsáveis da ordem internacional (autoridade humana), respeitando-se e ajudando-se mutuamente (simbiosis) e que dão sentido teórico prático à GIC.

Esta construção é parte de um processo histórico cuja síntese é uma decadência, mesmo que relativa, dos EUA em comparação com a ascensão da China, que está se constituindo como parte de um polo de poder, como um núcleo gravitacional chinês num espaço chamado de “Sul Global”. Segue uma interessante síntese:

A transição histórica em sua dimensão geopolítica começa a ser percebida com clareza a partir de 1999-2001, quando brota germinalmente a situação de relativa multipolaridade que vivemos hoje, como uma reação à globalização financeira neoliberal anglo-americana e sua expansão política e militar. O declínio relativo dos Estados Unidos e do “Ocidente”, de um lado, e o ressurgimento da China e da Ásia-Pacífico, do outro, é uma das características centrais da mudança de época que vivemos, que não pode ser interpretado apenas como mais uma transição hegemônica dentro do sistema mundial moderno. Ou seja, como parte da sucessão de ciclos de hegemonia do sistema mundial moderno iniciada no século XV. (...). (MERINO, 2020, p. 46).

16. A ideia não é alheia a Ocidente, especificamente a uma tradição de pensamento europeia. Edgar Morin foi o primeiro que aprofundou na noção “comunidade de destino” teorizada por Otto Bauer (Schicksalgemeinschaft), posteriormente adotada pelo governo chinês com a noção “comunidade de destino compartilhada para a humanidade” 人类命运共同体 (Rénlèi mìngyùn gòngtóngtǐ). (Morin, 2001).

A decadência no âmbito político e produtivo do ocidente em relação ao avanço da China rumo a construção de uma “Nova Economia do Projeto” é parte das grandes marcas do presente quadro histórico. Evidente que não podemos nos esquecer do grau crescente da violência imperialista, como resposta à sua própria decadência, sob qualquer ângulo de análise<sup>17</sup>. Desta maneira, a violência imperialista é um fator que deve ser observado historicamente como expressão da crença dos EUA nos citados valores importados do Mediterrâneo Oriental, tornando o mundo um local cada vez mais perigoso, imprevisível. O processo tornou o hegemom como o principal elemento de instabilidade mundial. A financeirização, como dinâmica dominante de acumulação, reduz as possibilidades dos Estados Unidos em se colocar como alternativa aos povos diante da capacidade produtiva construída pela China nas últimas quatro décadas.

As condições histórico-conjunturais apontam para a possibilidade de uma abordagem que relaciona a GIC com as capacidades estatais, colocadas em teste com sucesso e amplamente resilientes à pandemia do Covid-19. Tais capacidades estatais são sintetizadas em uma Nova Economia do Projeto e um horizonte construído no desenrolar da construção filosófica-espiritual da civilização chinesa, baseada em princípios tolerantes, coletivistas e de respeito à soberania dos povos. Talvez o termo Tianxá consiga sintetizar esse espírito, como destaca Zhao (2019). Nesse sentido, consideramos muito feliz a seguinte interpretação:

(...) o *Tiānxià* (天下) está associado à civilização e ordem na filosofia chinesa clássica, formando a base para a visão de mundo deste povo e nação. Ele consiste na representação de um sistema que permite a garantia da ordem universal como objetivo maior da política, e cuja centralidade da estratégia do *Zhōngguó* (中国) estaria atravessada pelo respeito à noção de soberania dos demais países, uma vez que a harmonia é a condição ontológica para a existência e desenvolvimento das coisas (...). De outro modo, este é um conceito de um desenvolvimento compartilhado e antiimperialista, que forma a cosmovisão de mundo de centralidade e grandeza da China vis-à-vis sua interação com o restante do sistema internacional. (RODRIGUES E MARTINS, 2020, p. 168-169)

O que estamos a assistir é um movimento de longa duração onde se inverte uma lógica de hegemonia ocidentalizante com uma duração de cinco séculos e onde a própria China fora arrastada pela força e de forma submissa à ordem westphaliana. Interessante notar que a solução chinesa a sua questão de soberania passou pela incorporação do marxismo importado criticamente pelo sucesso da Revolução Russa de 1917. Bom lembrar que o Manifesto Comunista de Marx e Engels fora traduzida ao mandarim em 1919, o PCCh foi fundado em 1921 e apenas 28 anos depois assumiu o poder do país, restabelecendo a soberania nacional, colocando no centro de sua “geopolítica” a proteção de seu berço territorial, ventre de sua civilização<sup>18</sup> e livre do colonialismo.

Dialeticamente a China assume uma posição na arena internacional onde seu desenvolvimento econômico se desdobra para muito além de suas fronteiras. As possibilidades abertas por um estágio único e novo de desenvolvimento (Nova Economia do Projeto) colocam o país em condições de destravar os investimentos em infraestrutura em escala

17. Segundo Fiori (2007, p. 88), durante a era Clinton, os Estados Unidos se envolveram em 48 intervenções militares, muito mais do que em toda a Guerra Fria, período em que ocorreram 16 operações. Atualmente esse número já ultrapassou a casa das 70 intervenções militares.

18. Evidente que a percepção de Mao Tsétung do potencial revolucionário dos camponeses, atestado historicamente por violentas revoltas camponesas contra dinastias decadentes, foi fundamental ao sucesso da empreitada revolucionária. Alegamos que o mesmo instinto de “formação social” teve Deng Xiaoping ao perceber que a milenar capacidade comercial e empreendedora do camponês médio chinês seria fundamental ao processo de reformas econômicas iniciadas em 1978. O socialismo chinês foi reinventado a partir do desenvolvimento de instituições de mercado que ligaram o projeto nacional chinês às suas origens milenares.

global. Suas instituições financeiras, a capacidade instalada de sua indústria, uma governança baseada na razão (Science-Based Government) e a velha bandeira que um dia sacudi a periferia colonial em nome do direito ao desenvolvimento e planejamento das políticas nacional são os cordéis da GIC.

O projeto como um braço da GIC neste caso seria a expressão de uma moderna geopolítica híbrida, popular, de contornos anticolonialistas e de libertação nacional (SILVA, 2018) que tanto interessou a intelectuais da estatura tanto de Ignacio Rangel<sup>19</sup> quanto Domenico Losurdo<sup>20</sup>. Eis o sentido da “Geopolítica da China” contemporânea que está em movimento e irá se constituir como consequência material (infraestrutura via BRI) e ideacional (CDCH) da GIC.

19. Rangel (1952)

20. Losurdo (2004)

### Considerações finais

Neste artigo buscamos levantar alguns apontamentos no sentido de compreender o que comumente se chama de “Geopolítica da China”. Para tal, lançamos mão de alguns pressupostos teóricos amplamente relacionados com a necessária fusão entre teoria e história, tão cara tanto a Hegel quanto a Marx, condensados no conceito de formação econômico-social. Desta forma, situamos a Geopolítica da China a partir da compreensão interrelacionada entre os conceitos de Nova Economia do Projeto e a Globalização Institucionalizada pela China (GIC), além de destacar aspectos históricos fundamentais que ajudam a entender o horizonte espiritual e a própria governança chinesa.

A GIC, amparada por sólidos instrumentos políticos, financeiros, institucionais e pelo BRI, gerados pela entrada da China em um inédito estágio de desenvolvimento – Nova Economia do Projeto – são uma antessala de uma moderna geopolítica popular e anticolonialista, em processo de evolução histórica.

Concluimos que a “Geopolítica da China”, enquanto expressão da manutenção e reprodução dos valores civilizacionais do país, guarda diferenças profundas em relação à geopolítica gestada pela globalização financeira levada a cabo pelo imperialismo financierizado via globalização neoliberal. Em outros termos, a denominada “geopolítica da China” se expressa como um processo onde as relações internacionais são subsumidas numa geopolítica intercivilizatória, num movimento de hibridização em aberto.

### Referências

- AMIN, S. Sobre el desarrollo desigual de las formaciones sociales. Barcelona: Cuadernos Anagrama, 1976.
- BELLUZZO, L. G. O Capital e Suas Metamorfoses. São Paulo: Unespe Editora, 2012.
- FIORI, J. L. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. Oikos, n. 8, p. 77- 106, 2007.
- GABRIELE, A. Enterprises, Industry and Innovation in the People’s Republic of China - Questioning Socialism from Deng to the Trade and Tech War. Singapore: Springer, 2020.
- GABRIELE, A.; JABBOUR, E. A China e o socialismo de nosso tempo: a “Nova Economia do Projeto” como estágio avançado do socialismo de mercado. No prelo, 2020.

- GALBRAITH, J. K. *Economics in Perspective: a Critical History*. New York: Hardcover, 1987.
- HE, X. Inside the Communist Party's Private Sector Push. Sixth Tone [Online], 10 maio 2021. Disponível em: [http://www.sixthtone.com/news/1007414/inside-the-communist-party-s-private-sector-push?utm\\_source=China+Digest+English&utm\\_campaign=66b2666aff-EMAIL\\_CAMPAIGN\\_8\\_15\\_2020\\_13\\_19\\_COPY\\_01&utm\\_medium=email&utm\\_term=0\\_a315a15a77-66b2666aff-549115218&ct=\(EMAIL\\_CAMPAIGN\\_8\\_15\\_2020\\_13\\_19\\_COPY\\_01\)](http://www.sixthtone.com/news/1007414/inside-the-communist-party-s-private-sector-push?utm_source=China+Digest+English&utm_campaign=66b2666aff-EMAIL_CAMPAIGN_8_15_2020_13_19_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_a315a15a77-66b2666aff-549115218&ct=(EMAIL_CAMPAIGN_8_15_2020_13_19_COPY_01)) Acesso em: 9 jul. 2021.
- HEDLER, B. China's international projection since 2008: the new core-periphery relations and the belt and road initiative through foreign direct investment. *Revista da Escola Guerra Naval*, v. 25, n. 2, p. 416-448. maio/agosto 2019.
- HIRSCHMAN, A. *The strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. *Global Wage Report 2018/19 - What lies behind gender pay gaps*. Geneva: ILO, 2018.
- JABBOUR, E.: *China Hoje: Projeto Nacional, Desenvolvimento e Socialismo de Mercado*. São Paulo: Anita Garibaldi/EDUEPB, 2012.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. Ignacio Rangel na China e a "Nova Economia do Projeto". Trabalho apresentado ao XXV Encontro Nacional de Economia Política. Disponível em: [https://enep.sep.org.br/uploads/744\\_1582414295\\_SWEPcomidentifica%C3%A7%C3%A3oquevale\\_pdf\\_ide.pdf](https://enep.sep.org.br/uploads/744_1582414295_SWEPcomidentifica%C3%A7%C3%A3oquevale_pdf_ide.pdf) JABBOUR, E.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C. Considerações iniciais sobre a "Nova Economia do Projeto". *Geosul*, v. 35, n. 75, p. 17-42, mai./ago. 2020.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A. Na China emerge uma Nova Formação Econômico-Social. *Princípios*, n. 154, p.70-86, 2018.
- JABBOUR, E.; DANTAS, A.; ESPÍNDOLA, C.; VELLOZO, J.; A (Nova) Economia do Projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. *Geosul*, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020.
- KEYNES, J. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. New York: Harcourt, 1936.
- LEIBNIZ, G. W. *Writings on China*. Illinois: Open Court, 1998.
- LO, D.; SHI, Y. China versus the US in the Pandemic Crisis: The State-People Nexus Confronting Systemic Challenges. SOAS Department of Economics. Working Paper nº. 237, London: SOAS University of London, 2020.
- LO, D.; WU, M. "The State and industrial policy in Chinese economic development". In.: SALAZAR-XIRINACHS, J. M.; NUBLER, I.; ZOZUL-WRIGHT, R. (Eds.). *Transforming economies*. Geneva: International Labour Office, 2014.
- LOSURDO, D. *Fuga da história – A revolução russa e chinesa vista de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- MAMIGONIAN, A.: A China e o marxismo: Li Dazhao, Mao e Deng. In.: DEL ROIO, M. (2008): (org.) *Marxismo e Oriente: quando as periferias tornam-se os centros*. Marília: Ícone, 2008.
- MARX, K. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. Vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2011 [1867].
- MARX, K.; ENGELS. *Sobre el Modo de Producción Asiático*. Barcelona: M. Roca, 1969.
- MERINO, G. El ascenso de China y las disputas estratégicas em los grupos dominantes de los Estados Unidos. *Brazilian Journal of Latin American Studies - Cadernos Prolam/USP*, v. 19, n. 37, p. 44-77, out. 2020.
- N, N., SHARP, J. & SHAW, I. Towards a Confucian geopolitics. *Dialogues in Human Geography*, 0, 1-18. 2020.
- NAUGHTON, B.: Is China socialist? *Journal of Economic Perspectives*, v. 31, n. 1, p. 3-24, 2017.
- RANGEL, I. "Desenvolvimento e Projeto". In, RANGEL, I.: *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1956] 2005.
- RANGEL, I. "Elementos de Economia do Projeto". In, RANGEL, I.: *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: Contraponto, [1959] 2005.
- RANGEL, I. *Prossigue a recuperação chinesa*. *Cadernos do Nosso Tempo*, v. 1, n 1, p. 59-64, 1952.

- RODRIGUES, B.; MARTINS, C. O sistema *Tiānxià* (天下) como estratégia do *Zhōngguó* (中国) – reflexões sobre a transição hegemônica mundial no longo século XXI. *Geosul*, v. 35, n. 77, p. 166-195, dez. 2020.
- SCHUMPETER, J. *Business Cycles*. New York: McGraw Hill, 1939.
- SCHUMPETER, J. *Capitalism, Socialism and Democracy*. London and New York: Routledge, 1942.
- SCHUMPETER, J. *The Theory of Economic Development*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Press, (1934 [1912]).
- SERENI, E. De Marx a Lênin: a categoria de “formação econômico-social”. *Meridiano – Revista de Geografia*, n. 2, p. 248-346, 2013.
- SILVA, M. A. Domenico Losurdo, filósofo da história, geógrafo do anticolonialismo. *Portal Grabois*. 16 jul. 2018. Disponível em: <http://www.grabois.org.br/portal/artigos/154501/2018-07-16/domenico-losurdo-filosofo-da-historia-geografo-do-anticolonialismo>. Acesso em: 13 set. 2020.
- SILVA, M.. A categoria de formação sócio-espacial e a questão regional: uma aproximação com Gramsci. *Observatório Geográfico de América Latina*. n. 11, p. 1-7, 2012.
- SPENCE, J. D. *The memory palace of Matteo Ricci*. London: Faber, 1985.
- STAIANO, M. F. La relaciones internacionales entre China y América Latina: encontrando un camino común hacia un nuevo orden mundial. *Humania del Sur. Revista de Estudios Latinoamericanos, Africanos y Asiáticos*, v. 25, Julio-Diciembre. 2018.
- VADELL, J (2020). Globalización e interconectividad en sistema mundial moderno: transformaciones globales, Belt & Road Initiative y sistema sino-céntrico. In.: S. Caria & I. Giunta (Eds.), *Pasado y presente de la cooperación internacional: una perspectiva crítica desde las teorías del sistema mundo*. Quito: Editorial IAEN. 2020.
- VADELL, J; SECCHES, D; BURGER, M. De la globalización a la Interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road e implicaciones para el Sur Global. *Revista Transporte y Territorio*. n. 21, p. 44-67, 2019.
- VADELL, J; STAIANO M. F. China en los intersticios de la crisis del multilateralismo y la globalización neoliberal: La Franja y la Ruta en Europa y el caso italiano. *Araucaria*, v. 22, n. 45, 433-455. 2020.
- XIANG, L. *The Quest for Legitimacy in Chinese Politics. A New Interpretation*. London e New York: Routledge, 2020.
- YU, H. Universal health insurance coverage for 1.3 billion people: What accounts for China’s success? *Health Policy*, n. 119, p. 1145–1152, 2015.
- ZHANG, W. W. *The China Wave: Rise of a Civilizational State*. Shanghai: Horizon Media Co. 2012.